

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

20 a 24 de junho de 2022

Nesta Edição

- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Cidades Inteligentes](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Judiciário](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

Proteção de Dados

- Após apensamento, volta à relatoria projeto sobre revogação da disponibilidade de dados e informações de terceiros. No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, foram apensados ao [PDC 960/2018](#) (*revogação da disponibilidade de dados e informações de terceiros*), sob a relatoria do deputado **Luís Miranda** (REP/DF), o [PDL 90/2022](#) (*Susta portarias que dispõem sobre o compartilhamento de dados da RFB com terceiros*) e o [PDL 95/2022](#) (*Susta Portaria que autoriza o SERPRO a disponibilizar acesso, para terceiros, dados e informações do Ministério da Fazenda*). Com isto, retorna Miranda deverá apresentar novo parecer que analise, também, ambos projetos. Concluída a apreciação pela CFT, o projeto será remetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e ao Plenário. Se aprovado, seguirá para deliberação do Senado Federal.
- » O relator chegou a apresentar [parecer favorável](#) à matéria que propõe sustar a [Portaria nº 457/2016](#), do Ministério da Fazenda, a qual trata da disponibilização de acesso, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), a dados e informações de terceiros, hospedadas em suas plataformas da entidade, visando a complementação de políticas pública antes do apensamento dos outros projetos.

- **CNPD realiza 2ª Reunião Extraordinária.** O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPd) realizou, nesta terça-feira (21), a 2ª Reunião Extraordinária do Colegiado, sob coordenação da presidente suplente, **Stefani Vogel**. Na ocasião, foram debatidos, dentre outros temas, a contribuição do CNPD que será encaminhada para a Tomada de Subsídios nº 02/2022 da ANPD, sobre Transferências Internacionais de Dados Pessoais. Para tal, o Grupo de Trabalho 4 (GT) do CNPD apresentou o relatório do GT sobre o tema e o material será analisado pelos membros do Conselho para posterior apresentação à ANPD. A próxima reunião do Colegiado ocorrerá em 5 de agosto. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- **Empresários que participam de pregões públicos estão com dados pessoais expostos no portal de compras.** O empresário e CEO da TI Safe descobriu quando foi verificar o resultado de um pregão público que havia participado que seus documentos pessoais e contrato social de sua empresa estavam disponíveis para o público no site de compras do governo federal, o [ComprasNet](#). Ao entrar no portal, a partir de um link para o arquivo, o empresário conseguiu ter acesso aos arquivos de documentos privados de pessoas físicas. O especialista em Direito Digital e Empresarial do escritório Urbano Vitalino, Hermes de Assis explica que há uma complexidade sobre o acesso de informações em base de dados públicos, pois, existe uma dualidade entre transparência do processo público e a proteção de dados, além do acesso facilitado ser uma brecha para desvios de informação e possíveis fraudes e acrescenta que poderia ser interessante um meio de autenticação por CPF e a justificativa do ACESSO. Com informações de: [O Globo](#)
- **TCU publica Acórdão expondo falhas nas políticas de proteção de dados de órgãos públicos.** A auditoria de 382 órgãos e organizações públicas federais identificou um cenário de baixa adesão à LGPD e problemas elementares nos processos de proteção de dados da população. Segundo a investigação, 43% dos órgãos não utilizam criptografia, 54% não puderam comprovar a adoção de medidas de segurança, 72% não oferecem sistema para registro de incidentes e 75% não têm qualquer sistema para registro de soluções de incidentes. A conclusão da investigação é que o cenário identificado é preocupante, o que aponta para a necessidade urgente de incentivar a implementação eficaz de uma cultura de segurança da informação e proteção de dados pessoais. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Em debate na CCT, especialistas defendem criação do Dia Nacional da Proteção de Dados.** Em audiência pública realizada nesta semana no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado Federal, especialistas em segurança digital defenderam a criação de um Dia Nacional da Proteção de Dados, para divulgação de ações e promoção de campanhas de conscientização sobre o tema. Três datas estão sendo cogitadas: (i) 28 de janeiro, dia em que o Conselho da Europa aprovou, em 1981, a Convenção para Proteção de Dados Individuais, conhecida como Convenção 108; (ii) 10 de fevereiro, data de promulgação da Emenda Constitucional 115, que em 2022 incluiu a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais; e (iii) 14 de agosto, dia de sanção da LGPD (Lei 13.709, de 2018). Com informações de: [Agência Senado](#)

5G no Brasil

- **Conselho Diretor da ANATEL aprova adiar adoção de subfaixas do 5G em todas as capitais e Distrito Federal.** O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicou, nesta semana, o [Acórdão nº 192/2022](#) para comunicar a decisão unânime de deferir solicitação feita pelo Grupo de Acompanhamento da Implantação das Soluções para os Problemas de Interferência na Faixa de 3.625 a 3.700 MHz (GAISPI), para postergar por 60 dias o prazo do uso da subfaixa de radiofrequências de 3.300 MHz a 3.700 MHz, previsto para 30 de junho no Edital do Leilão do 5G, em todas as capitais de estados e no Distrito Federal. Além disso, determina que durante o período de postergação do prazo, a antecipação da liberação do uso de faixa de radiofrequências em determinadas áreas de prestação possa ser aprovada pelo GAISPI, conforme avaliação a ser realizada pela Entidade Administradora da Faixa de 3,5 GHz (EAF), com posterior comunicação ao colegiado da Anatel.
- **Entidade criada por operadoras inicia procedimentos para liberar sinal do 5G em Brasília.** A capital federal, Brasília poderá ser a primeira a ter o 5G funcionando, a partir de julho. A Siga Antenado, entidade criada pelas operadoras Claro, TIM e Vivo, vencedoras da principal faixa do leilão do 5G, deu início aos procedimentos finais para liberar a faixa de 3,5 GHz na capital federal, segundo estimativas do CEO, **Leandro Guerra**, que pretende instalar 110 filtros de proteção na cidade e 3,3 mil kits de recepção do novo sinal das TVs parabólicas. Espera-se as instalações e distribuições sejam concluídas até o fim de junho, de modo a apresentar solicitação para ativação do sinal do 5G, junto à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Já no que se refere às demais capitais, Guerra disse que ainda não há previsão para o início desse trabalho, mas que deverá acontecer até o fim de agosto, de acordo com o cronograma aprovado pela Agência, a fim de que a tecnologia seja ativada até 29 de setembro. Com informações de: [G1 Notícias](#)
- **A Conexis Brasil Digital apresenta pautas prioritárias para o MCTI.** Na segunda-feira (20), representantes da Conexis Brasil Digital reuniram-se com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para debater as pautas do setor de telecomunicações para o Desenvolvimento tecnológico e o estímulo à inovação no Brasil. O tema prioritário na pauta foi sobre a implantação da tecnologia 5G, que foi revelado pela Conexis Brasil Digital que a previsão é de que o 5G seja ligado em todas as capitais brasileiras e Distrito Federal até setembro de 2022, podendo ser antecipado. A implantação começará por Brasília, que será a primeira região a obter o 5G. é apontado que a velocidade para alcançar este prazo dependerá da agilidade de licenciamento e adequação legislativas das capitais. Com informações de: [ASCOM - MCTI](#)
- **Comissão Senado do Futuro irá realizar audiência pública sobre conectividade no padrão 5G.** No âmbito do Senado Federal, a Comissão Senado do Futuro (CSF) aprovou [requerimento](#) apresentado pelo senador **Izalci Lucas** (PSDB/DF) para realização de audiência pública com o objetivo de debater as perspectivas para o desenvolvimento da conectividade no padrão 5G no país. A data de realização da audiência pública ainda não foi definida.

Cidades Inteligentes

- **Apresentado na CFT parecer a projetos que institui a Política Nacional de Cidades Inteligentes.** O deputado **Júlio Cesar** (PSD/PI) apresentou [parecer](#) favorável, com emendas de adequação ao [substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano \(CDU\)](#) ao [PL 976/2021](#) (*institui a Política Nacional de Cidades Inteligentes*) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Logo após a apresentação do relatório, o deputado solicitou a devolução do documento, o que sinaliza a possibilidade de mudanças em seu voto nos próximos dias, especialmente, observando que não houve manifestação quanto ao mérito da [emenda](#) apresentada na CFT. Após análise na Comissão, a deverá passar, ainda, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, o projeto será remetido para deliberação do Senado Federal
- » Em seu voto, o relator considera que o projeto e o substitutivo da CDU estão de acordo com as regras de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira; e não implicação em diminuição ou aumento da despesa pública.
 - » Apesar disso, propõe a supressão dos artigos relativos à instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Cidades Inteligentes (FNDCl) – artigos 13, 14 e 15 do substitutivo CDU – entendendo que a referida lei define expressamente a incompatibilidade no que diz respeito ao seu art. 128, III, visto que a legislação não permite que sejam constituídos fundos contábeis ou institucionais com recursos da União e que não contem com normas específicas sobre a sua gestão, funcionamento e controle, além de não terem suas atribuições fixadas.

Educação

- **Bolsonaro veta projeto que reconhece ensino diferenciado em escolas rurais.** Foi publicado no Diário Oficial da União, na última quinta-feira (23), o [veto integral](#) do presidente **Jair Bolsonaro** (PL) ao projeto de lei, de autoria do deputado **Helder Salomão** (PT/ES), que atribuía a estados e municípios o reconhecimento da “pedagogia de alternância”. Tal medida [visa oferecer aos alunos do campo uma educação relacionada ao contexto em que vivem](#). Na prática, as escolas que funcionam nesta modalidade oferecem conteúdos teóricos (como matemática e português), bem como experiências ligadas à família e ao trabalho técnico do campo. A ideia é que a matéria fizesse parte a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Bolsonaro, vetar a medida, alegou que a proposta contraria o interesse público e é inconstitucional. Com informações de: [G1 Notícias](#)
- **MEC fecha acordo com Google para oferta de ferramentas educacionais.** Na segunda-feira (20), o Ministério da Educação (MEC) anunciou, durante cerimônia no Palácio do Planalto, parceria com a empresa de tecnologia Google [para acesso a ferramentas de apoio escolar estudantes e professores brasileiros](#). O acordo é parte da [Política Nacional de Recuperação da Aprendizagem, que melhorias no desempenho escolar e evasão, bastante afetadas durante a pandemia de covid-19](#). De acordo com **Victor Godoy**, ministro da Educação, o MEC está fazendo um diagnóstico sobre a situação da educação básica no país e constatou que 30% dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental estão no quadro esperado. Esses e outros dados foram mapeados por uma tecnologia de avaliação e desempenho disponível tanto para a rede pública quanto para a privada. O presidente **Jair Bolsonaro** participou do evento e lamentou o tempo que as escolas permaneceram fechadas durante a pandemia, destacando este e outros métodos de enfrentamento ao problema

apresentado como “já reconhecido por outros países”. O MEC já havia firmado outra parceria em Abril com a Microsoft para o uso gratuito do Office 365 Educacional A1. Com informações de: [Agência Brasil](#)

- **Seminário Nacional debate o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação.** As Comissões de Legislação Participativa (CLP) e de Educação (CE) realizaram, nesta semana, seminário sobre os oito anos do Plano Nacional da Educação (PNE), com a participação de Deputados, frentes parlamentares e representantes de organizações. Segundo relatório elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 9 das 20 metas do PNE sofreram retrocesso nos últimos anos, entre elas a Meta 6, que tem como diretriz oferecer educação em tempo integral, para atender pelo menos 25% dos alunos na educação básica. Ao mesmo tempo, a Meta 7, que tem como objetivo fomentar a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, com melhoria no fluxo escolar e da aprendizagem, é umas das 5 metas parcialmente cumpridas. Ao longo do Seminário foi reforçada a importância de se dar continuidade ao PNE, como instrumento de avanço da educação nacional e do desenvolvimento do Brasil. Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **Plano Nacional de Educação apresenta baixo cumprimento de metas.** Em Sessão de Debates Temáticos, realizada nesta semana para avaliar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação ([Lei nº 13.005/2014](#)), especialistas da área e representantes de órgãos públicos enfatizaram os desafios para monitorar índices em todo o país e o baixo cumprimento das metas do plano decenal. Dentre os temas tratados, destaca-se a dificuldade em monitorar os planos de educação dos estados brasileiros. O pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), **Gustavo Henrique Moraes**, explicou os resultados de relatório bianual sobre o cumprimento das metas, a ser divulgado ainda nesta semana. Moraes ressaltou a desigualdade no acesso à educação, observando que no oitavo ano de vigência do plano o nível de execução das metas apenas 40% foram cumpridas, quando esperava-se ao menos 80%. Com informações de: [Agência Senado](#)

Mídias Sociais

- **Designado relatora ao projeto que dispõe sobre o enfrentamento à desinformação nas eleições.** A deputada **Luizianne Lins** (PT/CE) foi designada relatora do [PL 5347/2020](#) (*Enfrentamento à Desinformação nas Eleições*) na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados. O projeto cria a Lei de enfrentamento à desinformação nas eleições, estabelecendo medidas de enfrentamento à desinformação nos processos eleitorais, regidos pelos tribunais eleitorais brasileiros; determinando que as plataformas digitais dos provedores de aplicação de Internet Facebook, Instagram, Twitter, Google e outros disponibilizem, na abertura das *timelines* dos usuários brasileiros, recurso denominado “megafone” para que os tribunais eleitorais possam disponibilizar mensagens relevantes acerca da organização e das medidas de segurança sanitárias das eleições brasileiras. Apensado ao projeto tramita o [PL 5567/2020](#) (*obrigatoriedade as plataformas de redes sociais para que instituem e mantenham mecanismos de controle de conteúdo*). Após a análise da CCTCI, o projeto passará pela

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário. Se aprovado, seguirá para deliberação do Senado Federal.

- **CE aprova proposta que prevê orientação sobre navegação segura em redes sociais nas escolas.** A Comissão de Educação (CE) da Câmara dos Deputados aprovou nesta semana o [PL 5810/2019](#), na forma do [substitutivo](#) apresentado pelo deputado **José Ricardo** (PT/AM). A proposta que encarrega as escolas públicas e privadas de orientar e conscientizar crianças e adolescentes sobre a navegação segura em redes sociais. A proposta inclui a medida no [Estatuto da Criança e do Adolescente \(ECA\)](#). Destaca-se que o projeto tramita em caráter conclusivo, e deverá ser analisado, ainda, pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A proposta também já havia sido aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família na forma de um [substitutivo](#). Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **TSE lança sistema para recebimento de denúncias sobre desinformação.** O presidente Edson Fachin, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), lançou nesta quarta-feira (21) o Sistema de Alerta de Desinformação Contra as Eleições. O sistema foi criado para conter de forma mais ágil a propagação de notícias falsas ou manipuladas, onde os cidadãos e cidadãs possam comunicar o seu recebimento. No qual, serão checadas pelas agências de checagem parceiras da Corte Eleitoral, e dependendo da gravidade da notificação, os relatos poderão ser encaminhados para o Ministério Público. De acordo com o Ministro “A partir de agora, qualquer pessoa poderá acessar esse sistema, que já está disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral, e reportar episódios envolvendo a circulação de notícias falsas, portadoras de inverdades sobre o sistema eleitoral brasileiro, que atentem contra a imagem de segurança e integridade do processo de votação e que possam afetar a normalidade do pleito eleitoral”. O tribunal possui acordo de cooperação sobre o combate de fake News com as plataformas digitais Google Brasil, YouTube, Facebook, Instagram, WhatsApp, Telegram, Kwai, TikTok, LinkedIn, Twitter e Spotify. Com informações de: [Portal TSE](#)

Governo Digital

- **CTASP: Apresentado novo parecer ao projeto sobre preservação de documentos públicos.** Foi apresentado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), pela deputada **Fernanda Melchionna** (PSOL/RS), [novo parecer](#) ao [PL 2789/2021](#) (*preservação de documentos públicos*). O novo texto traz mudanças pontuais ao [substitutivo](#) anteriormente oferecido pela relatora, dentre as quais: **(i)** inclusão de ressalvas para consideração da LGPD nos dispositivos do texto; **(ii)** introdução de novas regras para eliminação de arquivos; **(iii)** menção explícita sobre a necessidade de regulação posterior para definição de critério e procedimentos para identificação de arquivos privados de interesse público e social; e **(iv)** previsão de competência a cada órgão dos poderes federais propor, executar, monitorar e avaliar a política arquivística na sua específica esfera de competência, em consonância com a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). A matéria está em condições de ser incluída na pauta deliberativa da Comissão. Após apreciação da CTASP, a matéria será analisada pelas Comissões de Cultura (CCULT); de Finanças e Tributação (CFT); de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário. Se aprovado, o projeto seguirá para apreciação do Senado Federal

- **Serpro busca novas tecnologias de digitalização para micro e pequenos.** O Hackathon Compras Governamentais Serpro é um evento que tem como finalidade a busca por soluções de serviços que facilitem a vida do cidadão, dos gestores públicos e das empresas. O encontro visa racionalizar recursos, desburocratizar processo e promover transparência, ao simplificar o relacionamento das empresas com o poder público. O evento será transmitido ao vivo pelo canal do YouTube do Serpro. Com informações de: [Agência Brasil](#)

PD&I

- **MCTI aprova Termo de Referência do Programa Prioritário *Hardware BR*.** O Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI), vinculado à Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (SEMPI/MCTI), aprovou, por meio da [Resolução nº 421/2022](#), o Termo de Referência do Programa *Hardware BR*, que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias, que envolvem novos conhecimentos.
 - » Os desafios prioritários do programa estão no âmbito de: **(i)** Estruturar infraestruturas estratégicas para PD&I em hardware na área de TICs no Brasil; **(ii)** Fomentar e coordenar parceria entre ICTs e o setor produtivo, visando a elaboração e execução de projetos de PD&I em hardware na área de TICs; **(iii)** Estímulo para que o setor empresarial invista em projetos, incorporando tecnologias geradas; **(iv)** Promover parcerias entre instituições nacionais e internacionais.
 - » Além disso, a medida prevê a abertura de chamamento público, criterioso, para a seleção de Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) que serão credenciados pelo programa para atender às demandas empresariais por inovação, através do fomento a projetos de PD&I, realizados em parceria com empresas.
- **Designado relator de projeto sobre crédito para PD&I na ZFM.** O deputado **Bibo Nunes** (PL/RS) foi designado relator do [PL 1139/2022](#) (*crédito para PD&I na ZFM*), no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados. O projeto em questão dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologia da informação e comunicação da Zona Franca de Manaus (ZFM), estabelecendo que as empresas que exerçam atividades de desenvolvimento ou produção de bens de tecnologias da informação e comunicação que investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nesse setor, farão jus a crédito financeiro decorrente do dispêndio efetivamente aplicado nessas atividades. Após a análise da CCTCI, o projeto será deliberado, ainda, pelas Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, seguirá para apreciação pelo Senado Federal.
- **Projeto que dispõe sobre Centros de Escalonamento Tecnológico está pronto para deliberação da CCTCI.** No âmbito da Câmara dos Deputados, o deputado **Gustavo Fruet** (PDT/PR) apresentou na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) o [parecer](#) pela aprovação do [PL 272/2022](#) (*Centros de Escalonamento Tecnológico*). O projeto cria a Política Nacional de Incentivo à Implantação de Parques Tecnológicos

Agregando Centros de Escalonamento Tecnológico (CET), como espaços para o desenvolvimento e transferência de novas tecnologias da escala laboratorial, nas universidades, para a escala industrial, com vistas ao aumento do volume de produção, viabilidade técnica, estudo mercadológico de cada produto e viabilidade econômica das tecnologias, além do fornecimento de suporte técnico. Caso aprovado pela CCTCI, o projeto seguirá pra apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, será remetido ao Senado Federal.

- **MCTI institui o Programa InovaNióbio.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) instituiu, por meio da [Portaria nº 6.022/2022](#), o Programa InovaNióbio – MCTI para, entre outros, integrar e fortalecer ações governamentais para o desenvolvimento integral da cadeia produtiva do nióbio e fomentar a promoção da inovação na indústria brasileira, a fim de dinamizar a economia. O programa terá atuação nas áreas prioritárias instituídas pela [Portaria 5.109/2021](#). São citados objetivos do programa, dentre os quais destaca-se: (i) promover o avanço e o fortalecimento científico, tecnológico, da inovação na cadeia produtiva do nióbio; (ii) estimular o desenvolvimento e a transferência recíproca de conhecimento, de novas tecnologias e de modelos de negócios entre a academia e os setores público e privado; (iii) garantir a universalização do acesso à infraestrutura científica e tecnológica avançada relativa ao uso e aplicações do nióbio em materiais e produtos de alta tecnologia. Ressalta-se que o programa será coordenado pela Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI/MCTI) e a norma entrará em vigor em 1º de julho de 2022.

Economia & Tributação

- **CDEICS: Apresentado parecer a projeto sobre renegociação de créditos do Pronampe.** O Josivaldo Jp (PSD/MA) apresentou [parecer](#) pela aprovação com substitutivo ao [PL 4415/2021](#) (*renegociação de créditos concedidos pelo Pronampe*) na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), sendo aberto prazo para recebimento de emendas – o qual deve se estender até o dia 28 de junho. Após a análise da CDEICS, o projeto será submetido a votação nas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, será remetido ao Senado Federal. O substitutivo do relator compactua com a proposta original no que diz respeito à necessidade de desenvolver uma alternativa para a renegociação das dívidas do Pronampe, devido à elevação da Selic nos últimos meses, entretanto, prevê algumas alterações no texto, tais como:
- » inclui a redução do limite de taxas de juros do Pronampe, e dá outras providências;
 - » mantém o prazo do texto original da lei, definido em 48 dias para o pagamento, mas define que até 12 meses, dentro deste prazo, poderão ser de carência com capitalização de juros;
 - » mantém a alteração proposta pelo autor da proposta acerca da renegociação, entretanto, estabelece que a taxa de juros só poderá ser alterada mediante a um acordo entre as partes;
 - » altera o art. 3º-A, I, equiparando a taxa paga por profissionais liberais às pagas pelas demais categorias – Selic acrescida de 1,25% sobre o valor concedido – além de estabelecer o mesmo prazo de 48 meses para o pagamento, dentre os quais 12 podem ser de carência com capitalização de juros;

- » revoga o § 2º do art. 3º, que estipula que prazo para a realização de operações de crédito deverá ser até o último dia útil de 2020;
 - » estabelece a desconsideração de termos do regulamento para a prorrogação das parcelas vincendas e vencidas dos empréstimos do programa;
 - » autoriza que, independentemente de regulamentação, a prorrogação do prazo máximo das operações por igual período; e
 - » define que o disposto nas alterações realizadas serão aplicáveis às operações tratadas na [Lei nº 13.999/2020](#).
- **Apresentado substitutivo de projeto que isenta Startups Agro de tributos federais por dois anos.** O deputado **Benes Leocádio** (UNIÃO/RN) apresentou [novo parecer](#) ao [PL 9362/17](#) (*PL das Startups*), na forma de substitutivo que segue com foco na aprovação apenas de legislação para as *Startup Agro – objeto do [PL 477/2019](#), apensado*. Foi ainda aberto prazo para recebimento de emendas ao substitutivo – o qual deve se estender até o dia 4 de julho. Dentre as propostas de aprimoramento do texto das Startup Agro, o substitutivo estabelece que a União facultará às pessoas físicas e jurídicas, na qualidade de investidoras, a dedução do imposto sobre a renda os valores investidos para o desenvolvimento de novas empresas de tecnologia do agronegócio (Startup Agro), em até 5% do total de imposto.
- **GECEX reduz alíquotas de importação de videogames.** Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (GECEX/ME) [reduziu](#), nesta semana, as alíquotas de importação dos seguintes produtos: **(i) partes e acessórios dos consoles de videogames** cujas imagens são reproduzidas numa tela de um receptor de televisão, num monitor ou noutra tela ou superfície externa (NCM 9504.50.00), **alíquota de 12%**; e **(ii) videogames com tela incorporada**, portáteis ou não, e suas partes (NCM 9504.50.00), **alíquota de 0%**. A medida entra em vigor em 1º de julho de 2022.
- **CFT aprova projeto que atualiza limites do Simples Nacional.** Foi aprovado, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, o [PLP 108/2021](#), que aumenta o teto de enquadramento do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual (MEI), na forma do [substitutivo](#) apresentado pelo deputado **Marco Bertaiolli** (PSD/SP). Os novos valores levam em conta a inflação oficial (IPCA) acumulada desde dezembro de 2006 até março de 2022. O projeto deverá ser analisado, ainda, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Depois será votado no Plenário da Câmara. Pelo texto aprovado, os limites de faturamento anual passam a ser: **(i)** para o MEI, passa dos atuais R\$ 81 mil para **R\$ 144.913,41**; **(ii)** para microempresa, salta de R\$ 360 mil para **R\$ 869.480,43**; e **(iii)** para empresa de pequeno porte, sobe de R\$ 4,8 milhões para **R\$ 8.694.804,31**. Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **Governo zera alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre BIT.** Ainda, a [Resolução nº 357/2022](#), publicada nesta semana pelo Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (GECEX/ME), dentre outros, reduz a 0% as alíquotas do Imposto de Importação (II) para os seguintes Bens de Informática e Telecomunicações: **(i)** unidades de memória em disco magnético rígido (NCM 8471.70.10); **(ii)** unidades de comunicação utilizadas para transmissão ou recepção de voz ou outros dados

(NCM 8517.62.59); e (iii) máquinas automáticas portáteis para processamento de dados (NCM 8471.30.12). A medida entra em vigor em 28 de junho.

- **Câmara aprova MP que cria programa de microcrédito para empreendedores.** O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça (21), a [MPV 1107/2022](#) (*institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital*), na forma do [PLV 17/2022](#). Dentre outros aspectos, a matéria estabelece medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios, mediante a destinação de recursos para essa modalidade de crédito e a constituição de instrumentos de garantias, além de promover alterações na gestão e nos procedimentos de recolhimento do FGTS. Durante a sessão, o relator da medida, deputado Luis Miranda (Republicanos/DF), alterou o texto enviado pelo Executivo, aumentando o valor dos empréstimos de R\$ 1 mil para R\$ 3 mil, no caso de microempreendedores individuais (MEI). No texto aprovado, esses valores ficaram em R\$ 1,5 mil, no caso de pessoas físicas, ou R\$ 4,5 mil para os MEI. A matéria segue para deliberação do Senado Federal.
- **RFB disciplina sobre declaração e controle do valor aduaneiro de mercadorias importadas.** A Receita Federal do Brasil (RFB), vinculada ao Ministério da Economia (ME), publicou, nesta semana, a [Instrução Normativa nº 2.090/2022](#) para, dentre outros, estabelecer que o valor aduaneiro de mercadorias importadas será o valor de transação, isto é, o preço efetivamente pago ou a pagar pelas mercadorias importadas objeto de uma venda para exportação para o território nacional, ajustado de acordo com as disposições do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994 - Acordo de Valoração Aduaneira (AVA/GATT), promulgado pelo [Decreto nº 1.355/1994](#), desde que:
 - » não haja restrições à cessão ou à utilização das mercadorias pelo comprador, ressalvadas as que: **(i)** sejam impostas ou exigidas pela legislação nacional; **(ii)** limitem a área geográfica na qual as mercadorias podem ser revendidas; ou **(iii)** não afetem substancialmente o valor das mercadorias;
 - » a venda ou o preço não esteja sujeito a alguma condição ou contraprestação para a qual não se possa determinar um valor em relação às mercadorias objeto de valoração;
 - » nenhuma parcela do resultado de qualquer revenda, cessão ou utilização subsequente das mercadorias pelo comprador beneficie direta ou indiretamente o vendedor, a menos que um ajuste adequado possa ser feito de conformidade com as disposições do AVA/GATT; e
 - » não haja vinculação entre o comprador e o vendedor, envolvidos na operação de importação das mercadorias, ou, se houver, que o valor de transação seja aceitável para fins aduaneiros.
 - » Além disso, determina que toda mercadoria submetida a despacho de importação estará sujeita ao controle do correspondente valor aduaneiro, para verificação da conformidade do valor aduaneiro declarado pelo importador às regras estabelecidas no AVA/GATT, às normas editadas no âmbito do Mercosul, e às disposições contidas no Regulamento Aduaneiro e nesta Instrução Normativa. A medida entrará em vigor em 1º de julho de 2022.
- **Guedes se reúne com Moraes para discutir o corte no IPI.** Na última terça-feira (21), o ministro da Economia se reuniu o ministro **Alexandre de Moraes**, do Supremo Tribunal Federal (STF), a fim de tratar sobre a decisão de Moraes que suspendeu 3 decretos do presidente **Jair Bolsonaro** (PL) relativos ao à redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de itens fabricados na Zona Franca de Manaus. Guedes foi acompanhado na reunião por 6

secretários do Ministério da Economia e o procurador-geral da Fazenda Nacional, **Ricardo Soriano de Alencar**. Com informações de: [Poder 360](#)

- **Câmara instala comissão especial para analisar PEC dos combustíveis.** A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da [PEC 15/2022](#), do Senado Federal, que busca estimular a competitividade dos biocombustíveis em relação aos concorrentes fósseis. A matéria ainda precisa ser analisada por uma comissão especial, que foi instalada nesta terça (21), por ato da presidência da Casa. Na ocasião, o deputado **Danilo Forte** (União/CE) foi designado relator e a deputada **Celina Leão** (PP/DF) presidente do colegiado, juntamente com o deputado **Silvio Costa Filho** (Republicanos/PE). O relator terá até 10 sessões da comissão para apresentar o parecer da proposta, antes de receber as emendas dos demais membros do colegiado. A medida prevê que, para assegurar o direito coletivo ao meio ambiente equilibrado, o poder público deverá manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final. Esse benefício ocorrerá na forma de uma lei complementar que assegure tributação inferior a incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes. Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **O Programa de Garantia de Crédito para Microempreendedor é reaberto.** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou na quarta-feira (22) na Cerimônia em homenagem aos 70 anos do banco, a abertura do Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade garantia (PEAC-FGI). A cerimônia contou com a presença do ministro **Paulo Guedes** e do presidente do Banco, **Gustavo Montezano**. Com a expectativa de alavancar R\$20 bilhões até 2023, o programa irá apoiar as microempresas e os microempreendedores individuais (MEI), além das pequenas e médias empresas. O programa foi lançado em março de 2020 sendo finalizado em 2020, tendo operações em todas as regiões do Brasil. Sendo 68% pequeno porte; 31% médio porte; 1% grande porte, em mais de 3.800 municípios, informou ainda o banco. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Representantes dos setores econômicos cobram oferta maior de crédito e retomada do crescimento.** Durante o seminário realizado na quarta-feira (22) na Câmara dos Deputados sobre financiamento e crescimento econômico, representantes dos Bancos, da agricultura, da indústria e do comércio concluíram que, para haver uma expansão de crédito no patamar das nações mais ricas, será necessário obter estabilidade econômica, equilíbrio fiscal e reformas. O seminário foi promovido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados. Dentre os assuntos debatidos, destacam-se políticas públicas e sustentabilidade. O presidente do colegiado, o deputado **Sidney Leite** (PSD/AM) explicou: "a comissão tem debatido a necessidade de o Brasil ter políticas industrial e de desenvolvimento econômico, e precisamos de uma política de financiamento, para que o País possa crescer gerando emprego e renda". Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **Câmara Brasileira da Economia Digital lança Comitê de Criptomoedas e Blockchain.** A Câmara Brasileira da Economia Digital (Camara-e.net) anunciou este mês, a criação do Comitê de Criptomoedas e Blockchain. As criptomoedas irão proporcionar um espaço para que as empresas associadas possam discutir sobre o mercado de criptomoedas no Brasil, onde poderá acompanhar tendências mundiais, boas práticas e inovação e a pauta legislativa e

regulatória sobre o setor. O presidente da Câmara-e.net, **Leonardo Palhare** diz que "a criação do Comitê de Criptomoedas e Blockchain vem em um momento muito oportuno para o setor, acompanhando a tendência mundial da popularização de ativos digitais. Além disso, no Brasil, temos a discussão no Congresso Nacional da regulamentação do mercado de cripto e ativos digitais". Com informações de: [TI Inside](#)

Saúde

- **Adiada deliberação do projeto que autoriza e define a prática da telemedicina no país.** No âmbito do Senado Federal, A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) adiou, para a próxima semana, a deliberação do [PL 4223/2021](#) (*Telessaúde*) após intenso debate sobre a matéria. A postergação permitirá a apresentação de novas emendas ao texto e o diálogo com os autores dos projetos e das novas emendas visando ainda a promoção de inovações no parecer. Na reunião deliberativa desta quarta-feira (22), o senador **Veneziano Vital do Rêgo** (MDB/PB), chegou a apresentar [novo parecer](#) ao texto, manifestando-se de forma contrária à [emenda nº 4](#) do senador **Eduardo Gomes** (MDB/TO), que permite o oferecimento da telessaúde em farmácias, e falou rapidamente sobre as dificuldades técnicas em relação a aprovação da matéria com relação a preferência dos textos da Câmara dos Deputados ([PL 1998/2020](#)) ou do Senado ([PL 4223/2021](#)).
 - » Além desta, apresentadas, ainda duas outras emendas. As emendas [nº 5](#) e [nº 6](#), apresentadas pelo senador **Izalci Lucas** (PSDB/DF) dispõem sobre: (i) possibilidade de realização de exame físico ocupacional em telessaúde sempre que os recursos tecnológicos disponíveis possibilitem a devida avaliação médica; e (ii) previsão de que ato normativo que pretenda restringir a prestação de serviço de telessaúde deverá demonstrar a imprescindibilidade da medida para que sejam evitados danos à saúde dos pacientes.

Ambiental

- **Apresentado parecer ao projeto que institui a Política Federal TI Verde.** No âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados, o deputado Vavá Martins (REP/PA) apresentou [parecer](#) pela aprovação do [PL 587/2022](#) (*Institui a Política Federal TI Verde*). O projeto está em condições de ser incluído na pauta da próxima reunião deliberativa da CMADS. O projeto, que estabelece que os órgãos públicos federais deverão planejar as ações de descarte de computadores e acessórios e as metas para o condicionamento, reutilização, reciclagem e disposição final adequada desses equipamentos, será analisada, ainda, Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovada, será remetida para deliberação pelo Senado Federal.

Trabalhista

- **Senado irá debater em audiência pública sobre os novos perfis profissionais.** A Comissão Senado do Futuro (CSF) aprovou, em reunião deliberativa desta semana,

[requerimento](#) apresentado pelo senador **Izalci Lucas** (PSDB/DF), para realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mercado digital e os novos perfis profissionais emergentes. O evento ainda não possui data para acontecer.

Administração Pública

- **CFT: Designado novo relator a projeto sobre dados abertos.** O deputado **Eduardo Cury** (PSDB/SP) foi designado novo relator do [PL 7804/2014](#) (*Dados Abertos*) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), que deverá analisar apenas sobre aspectos que tangem adequações orçamentárias. O projeto institui a Lei de Dados Abertos, estabelecendo o Comitê Gestor de Dados Público junto ao Ministério do Planejamento, responsável pela elaboração do Manual de Dados Abertos da Administração Pública e cria a obrigatoriedade para a disponibilização de dados abertos e de interfaces de aplicações web de forma organizada e estruturada para a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios e dá outras providências. Após apreciação da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), se aprovada, seguirá para deliberação na Comissão de Justiça e de Cidadania (CCJC).
 - » Em novembro do ano passado, o então relator, deputado **Kim Kataguiri** (DEM/SP) havia apresentado [parecer](#) favorável ao projeto; ao [Substitutivo](#) aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e à [Subemenda Substitutiva](#) aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); e pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das proposições apensadas.
- **Parecer a projeto sobre integridade e capacitação nas contratações públicas da União está pronto para votação na CFT.** No âmbito da Câmara dos Deputados, tramita na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), o [PL 252/2022](#) (*integridade e capacitação nas contratações públicas da União*), com [parecer](#) favorável do deputado **Eduardo Cury** (PSDB/SP). O projeto, que prevê a criação de códigos de conduta para os agentes de contratação, contendo, por exemplo, normas sobre gestão de conflitos de interesse, transparência e sigilo de informações sensíveis – com o objetivo de mitigar os riscos específicos ligados aos processos de compras públicas, está pronto para deliberação da Comissão. Caso aprovado na CFT, o projeto seguirá para deliberação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado pelos deputados, será remetido à apreciação pelo Senado Federal.
- **Anatel aprova o Regulamento das Comissões Brasileiras de Comunicações (CBCs).** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) [aprovou](#), nesta semana, o Regulamento das Comissões Brasileiras de Comunicações (CBCs), para disciplinar sobre sua organização e funcionamento. As CBCs, dentre outros, possuem o objetivo de atuar de forma coordenada e integrada em todos os foros e discussões internacionais que envolvam o tema das telecomunicações e suas áreas correlatas. Ressalta-se que a participação nas Comissões será aberta aos segmentos público e privado, academia, comunidade técnica e sociedade civil do Brasil com interesse no setor de telecomunicações. As CBCs serão compostas de 4 comissões permanentes: (i) Governança e Regimes Internacionais; (ii) Radiocomunicações; (iii) Normalização de Telecomunicações; e (iv) Desenvolvimento das Telecomunicações.

- **A ANATEL revoga 44 resoluções.** O Conselho Nacional de Telecomunicações da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) aprovou, durante reunião extraordinária realizada na terça-feira (21), a proposta de resolução que revoga 44 atos normativos, o que corresponde a 16% dos 280 regulamentos em vigência na ANATEL, com objetivo de simplificar a carga regulatória do setor de telecomunicações. Algumas das medidas revogadas estão a Resolução nº 66/1998 sobre a distribuição de listas telefônicas gratuitas pelas concessionárias da telefonia fixa, a Resolução nº 538/2010 que impede o recebimento de doações efetuadas por detentores de planos, a gratuidade de ligações com menos de 3 segundos. e inibição da utilização dos *robocalls*. A “guilhotina regulatória” possuiu como objetivo simplificar, transparência, desburocratizar o trabalho de regulação, adaptando-a para as necessidades da atualidade e para Lei de Proteção de Dados (LGPD). Com informações de: [ASCOM - ANATEL](#)

Judiciário

- **Designado relator a projeto sobre criptografia em peticionamento eletrônico.** Foi designado como relator do [PL 397/2021](#) (*Criptografia em peticionamento eletrônico*), no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, o deputado **Paulo Magalhães** (PSD/BA). O projeto altera a lei que dispõe sobre a informatização do processo judicial, para estabelecer que o envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, sendo obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos, bem como o uso de criptografia. Após a análise da CCTCI, o projeto passará pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, seguirá para deliberação do Senado Federal.

Orçamento

- **Apresentadas emendas ao projeto que abre crédito especial ao FUST e GPAI.** O deputado **Delegado Pablo** (UNIÃO/AM) apresentou 3 emendas ao [PLN 11/2022](#) (*abre crédito especial para órgãos de Ministérios*) na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A saber: (i) a [Emenda nº 1](#) prevê orçamento no valor de **R\$ 10.850.000,00** para a adequação de trechos rodoviários na BR-319; (ii) a [Emenda nº 2](#) destina **R\$ 12.500.000,00** para o apoio a projetos e obras de reabilitação, de acessibilidade e modernização tecnológica em áreas urbanas, no município de Presidente Figueiredo-AM; e (iii) a [Emenda nº 3](#) estabelece que **R\$ 12.500.000,00** deverão ser alocados para o apoio a projetos e obras de reabilitação, de acessibilidade e modernização tecnológica em áreas urbanas, no município de Manaus-AM. A proposta aguarda a designação de relator. Após a análise da CMO, o projeto passará pela Plenário do Congresso Nacional e depois remetido à sanção do Presidente da República. O projeto estabelece a abertura de crédito especial, no valor de **R\$ 35.398.824,00**, com destaque para as seguintes ações relacionadas ao setor de tecnologia da informação:
- » Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: pagamento de contribuições voluntárias à Parceria Global sobre Inteligência Artificial (GPAI), hospedada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para o custeio de despesas operacionais da instituição (**R\$ 542 mil**); e

- » Ministério das Comunicações: Remanejamento de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) com aplicação em Subvenção Econômica para empresas privadas com fins lucrativos, em projetos de expansão e melhoria da conectividade e inclusão digital, de forma a dotar todas as escolas públicas brasileiras de acesso à internet em banda larga, em velocidades adequadas ([Lei nº 9.998/2000](#)) – Nacional (R\$ 10.900.634,00).
- **SETO abre crédito suplementar ao MEC e MS.** A Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia (SETO/ME) publicou esta semana a [Portaria nº 5.577/2022](#) para, dentre outros, abrir crédito suplementar ao Ministério da Educação (MEC) (i) para Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no valor de **R\$ 10 milhões**; e (ii) para Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica, valor de **R\$ 30 milhões**. Aberto crédito suplementar, ainda, ao Ministério da Saúde (MS), no valor de **R\$ 37,5 milhões** para incorporação de Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
- **Vai ao Senado projeto que permite a constituição de fundos de consórcios públicos.** O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em sessão deliberativa realizada nesta terça-feira (21), o [PL 196/2020](#), que permite que os consórcios públicos possam instituir fundos para custear programas, ações e projetos de interesse público, na forma do [substitutivo](#) adotado pela deputada **Leandre** (PSD-PR). Dentre outros aspectos, o texto aprovado permite que consórcios públicos recebam transferências intergovernamentais da Saúde, recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e repasses de emendas parlamentares individuais ao Orçamento. A matéria segue para deliberação do Senado Federal.

Consultas & Compras Públicas

- **SERPRO abre consulta pública sobre Solução Integrada de Gestão de Auditoria.** Encontra-se em andamento, no âmbito do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), [consulta pública](#) que visa validar com o mercado as especificações técnicas e condições contratuais para futura aquisição de contratação de Solução Integrada de Gestão de Auditoria, com serviços de implantação e serviços técnicos especializados. Os interessados deverão encaminhar suas contribuições, até o dia 29 de junho, para o e-mail: charles.magalhaes@serpro.gov.br e denys.carneiro@serpro.gov.br. Demais arquivos referentes à consulta pública podem ser consultados na própria página da consulta.

Nomeações

- **MCom designa novo suplentes ao Conselho Gestor do FUNTTEL.** O Ministério das Comunicações (MCom) publicou, nesta semana, a [designação](#) de Bruno Platteck de Araújo, na qualidade de suplente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel/MCom). Foi [designado](#), ainda, Hugo Monteiro Jácome, como suplente do Ministério das Comunicações (MCom).

- **Designado representante titular do CGI ao CNPD.** Fica [designado](#) José Gustavo Sampaio Gontijo, para exercer a função de titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD), na condição de representante do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).
- **MTur designa titular ao Comitê de Governança Digital.** O secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural do Ministério do Turismo (SECDEC/MTur), Rafael Nogueira Alves Tavares da Silva, foi [designado](#) como titular do Comitê de Governança Digital (CGD), incorporado pela [Portaria nº 308/2021](#), sendo apontado, ainda, o diretor do Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB/SECDEC/MTur), Marcelo Gonzaga de Oliveira, como seu suplente.
- **CMMA designa membros ao Comitê de Governança Digital.** O Ministério do Meio Ambiente (MMA) divulgou, nesta semana, a [relação nominal](#) dos membros (titulares e suplentes), pertencentes das unidades da Pasta, a compor o Comitê de Governança Digital (CGD).
- **MEC institui Comitê Deliberativo para aprimoramento da Plataforma For no âmbito da Rede Federal de Ensino.** Esta semana o Ministério da Educação (MEC) publicou a [Portaria nº 697/2022](#), pela qual [instituiu o Comitê Deliberativo](#) e [divulgou a relação nominal](#) com membros do MEC a compor o Comitê, com a finalidade de [fomentar a utilização e as melhorias da Plataforma For para uso na Rede Federal de Ensino](#). A Plataforma For é um *software* livre, cuja finalidade consiste em desenvolver ações destinadas à promoção do planejamento estratégico e da gestão de riscos das instituições da administração pública federal direta e autárquica.
- **Designado novo coordenador de Proteção de Dados Pessoais do ME.** Foi [designado](#) Ricardo Borges Almeida, para exercer o cargo de coordenador de Proteção de Dados Pessoais da Coordenação-Geral de Proteção de Dados Pessoais da Secretaria Executiva do Ministério da Economia (SE/ME).
- **Exonerado diretor de Soluções Digitais e Informações Gerenciais do ME.** O Ministério da Economia publicou, nesta semana, a [exoneração](#) de Rafael Cunha Alves Moreira, do cargo de diretor do Departamento de Soluções Digitais e Informações Gerenciais da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG/ME). A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) publicou, também nesta semana, a [nomeação](#) de Moreira, para exercer o cargo de superintendente de Tecnologia da Informação (STI/ANA).
- **Publicada nomeação do novo ouvidor-geral da ANCINE.** Foi publicada, nesta semana, a [nomeação](#) de João Paulo Machado Gonçalves, para exercer o cargo ouvidor-geral da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), com mandato de três anos, após aprovação, por parte do Senado Federal.
- **MTP nomeia novo secretário-executivo.** Nesta semana, o Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) publicou a [nomeação](#) de Lucio Rodrigues Capelletto, para o cargo de secretário-executivo da Pasta, tendo sido exonerado Bruno Silva Dalcolmo do encargo.

- **MEC nomeia coordenador-geral de Regulação da Educação Superior à Distância.** O Ministério da Educação (MEC) publicou, nesta semana, a [nomeação](#) de Fernanda De Godoy Penteado, para exercer o cargo de coordenadora-geral da de Regulação da Educação Superior a Distância da Diretoria de Regulação da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC).

Agendas de Destaque

- O presidente **Jair Bolsonaro** participou, nesta terça (21), da cerimônia de abertura da Semana Brasil – OCDE, cujo tema foi *“uma integração produtiva, centrada no ser humano e sustentável”*. Acompanharam o presidente o ministro das Relações Exteriores, **Carlos França**; o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, que participou também da sessão de abertura das sessões públicas do evento; o ministro da Casa Civil, **Ciro Nogueira**; e o secretário-geral da OCDE, **Mathias Cormann**. A iniciativa se trata de uma série de eventos de alto nível para promover discussões sobre o Brasil, a América Latina e o Caribe em uma ampla gama de tópicos. O Fórum organizado em parceria com a OCDE para discutir a agenda de reformas do Brasil com vistas ao ingresso na organização.
- Ainda no âmbito da Semana Brasil-OCDE, compareceram o secretário-executivo do Ministério da Economia, **Marcelo Guarany**, que esteve presente na reunião de coordenação das Conversas técnicas preliminares OCDE-Brasil sobre a acessão do Brasil e na Sessão sobre Estrutura Regulatória, na qual foram discutidos os desafios e oportunidades que o Brasil enfrenta para fortalecer suas agências reguladoras e maneiras de melhor desenvolver sua política de regulação. Já o secretário de Comércio Exterior, **Lucas Ferraz**, participou da Sessão sobre Comércio, onde foram debatidos os desafios e oportunidades atrelados à transformação digital e o comércio, bem como formas de maximizar os benefícios da digitalização para o comércio internacional. Também, o secretário de Política Econômica, **Pedro Calhman de Miranda**, participou da Sessão sobre Governança Corporativa, que tratou da atualização de regulamentos em questões de sustentabilidade.
- Por sua vez, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, **Paulo Alvim**, reuniu-se com presidente Executivo da Conexis Brasil Digital, **Marcos Ferrari** e representantes do setor de telecomunicações. Na ocasião, os participantes enfatizaram a importância da pauta 5G no Brasil, de modo que o ministro reafirmou o compromisso de que algumas capitais comecem a operar a tecnologia até setembro de 2022. Ainda nesta semana, Alvim participou da Cerimônia de Solenidade alusiva à Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica e ao MECPlace - Ecossistema de Inovação e Soluções Digitais Educacionais e da cerimônia de entrega do Projeto Piloto da Política de Inovação Educação Conectada no Nordeste. Já o secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) **Júlio Semeghini Neto**, concluiu sua passagem à França. No país europeu, o secretário se encontrou com autoridades do setor de CT&I e participou da feira de empreendedorismo e inovação de Paris; com o diretor da Ciência, Tecnologia e Inovação da OCDE, **Andrew Wyckoff**, onde tratou sobre o futuro reencontro em dezembro; reuniu-se com **Jean Théves**, vice-diretor para Américas e Oceania do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS),

abordando parcerias em inteligência artificial; Com a diretora-geral de Pesquisa e Inovação do Ministério de Ensino Superior, Pesquisa e Inovação francês, **Claire Giry**, discutindo temas de cooperação científica e tecnológica relacionados à Amazônia e setor especial; com **François Cuny**, vice-CEO do Instituto Nacional Francês de Pesquisa em Ciência e Tecnologia Digital (INRIA), tratando sobre cooperação e estratégias de transformação digital; com **Roberto Balzaretto**, embaixador da Suíça na França, onde trataram sobre sustentabilidade e inovação; por fim, o secretário reuniu-se com representantes do Banco Mundial na Viva Tech.

- Enquanto que o ministro da Educação, **Victor Godoy Veiga**, participou, nesta semana, do lançamento do Programa de Expansão da Educação a Distância nas Universidades Federais - ReUni Digital, que tem por objetivo avaliar a oferta de cursos de Educação a Distância (EaD) nas instituições federais para ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior pública. Godoy participou, ainda, do evento oficial de lançamento da Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, onde apresentou o novo acordo firmado entre o MEC e a Google: o MECPlace – Ecossistema de Inovação e Soluções Educacionais Digitais, plataforma que promove o uso de ferramentas tecnológicas para fortalecimento das redes educacionais do país por meio de soluções digitais. O também ministro esteve presente no lançamento do projeto-piloto Nordeste Conectado de promoção ao acesso de internet de alta qualidade em escolas públicas, parte da Política de Inovação Educação Conectada e se propõe a fomentar o uso pedagógico da tecnologia na educação básica.
- O ministro das Relações Exteriores, **Carlos França**, reuniu-se, nesta semana, com o secretário-geral da OCDE, **Mathias Cormann**, para tratar de temas como sustentabilidade, energia e economia digital, além de tratarem do processo de acessão do Brasil à OCDE.
- Por fim, o diretor do Departamento de Projetos de Infraestrutura do Ministério das Comunicações, **Marcus Galletti**, participou de audiência pública realizada na quarta-feira (22), na Câmara dos Deputados, sobre conectividade na Amazônia, onde apresentou as ações do programa Norte Conectado, com destaque para a conclusão da Infovia 00.